

Anexo

Simone Gonçalves de Assis (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ASSIS, S. G., comp. Anexo. In: *Crianças, adolescentes e crack: desafios para o cuidado* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015, pp. 393-403. ISBN: 978-85-7541-554-2.

<https://doi.org/10.7476/9788575415542>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Anexo

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O Desafio da Rede no Atendimento de Crianças e Adolescentes Usuários de Crack e/ou Acolhidas Institucionalmente pelo Uso do Crack dos Pais/ Responsáveis: um estudo em sete cidades brasileiras – esta pesquisa ocorreu em 2011 e 2012 e teve como foco principal crianças (0 a 11 anos) e adolescentes (12 a 18 anos). As principais etapas são detalhadas a seguir.

Seleção das cidades

A seleção das sete cidades brasileiras visitadas foi feita por conveniência – Ponta Porã, Manaus, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba – e os critérios foram:

- Escolha de pelo menos uma cidade em cada região brasileira, visando a incluir diferentes realidades do país. Nas regiões Sudeste e Sul, selecionou-se mais de uma cidade porque são locais onde o consumo de crack é mais antigo e se manifesta com intensidade. O número de cidades foi definido em função dos recursos orçamentários disponíveis.
- Relevância do tema no município, aferido pelo número de crianças, adolescentes e famílias em situação de acolhimento familiar em decorrência do consumo de drogas; proporção de crianças/adolescentes cujo motivo do acolhimento institucional foi a dependência química por parte dos responsáveis; número de crianças/adolescentes para os quais a vivência de rua foi um dos motivos do acolhimento institucional. Essas informações foram obtidas no Levantamento Nacional de Crianças

e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, com dados de 1.157 municípios nas 27 unidades da federação (Assis & Farias, 2013).

- Consulta a especialistas (clínicos e pesquisadores) e ao Ministério de Desenvolvimento Social para a definição das cidades em cada região brasileira, segundo a relevância do problema na infância e adolescência e a existência de estágio mais desenvolvido de enfrentamento ao consumo de drogas pela rede socioassistencial.
- Relevância do consumo de crack nesses locais independentemente de faixa etária, identificada com base em dados publicados em diversas mídias.

Após selecionadas as cidades, definiu-se a amostra de serviços de acolhimento institucional (SAIs) a ser investigada. Optou-se por avaliar todos os serviços das cidades de Manaus, Ponta Porã e Salvador, pelo pequeno número de unidades existentes. Para as cidades de Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, foi realizada amostragem conglomerada em um único estágio com probabilidade de seleção proporcional ao tamanho (sistemática) na seleção dos SAIs. Tal decisão se deveu ao elevado número de serviços de acolhimento nas cidades. Todas as crianças e adolescentes dos serviços selecionados foram pesquisados.

No dimensionamento amostral para obter estimativas de proporção, empregou-se um erro absoluto de 10%, nível de confiança de 98% e proporção de crianças e adolescentes usuários de crack em SAIs de 50%. Tal valor foi empregado por causa da ausência de referências sobre essa proporção na literatura, o que implica maior tamanho amostral. Esses critérios foram adotados para Curitiba, Porto Alegre e São Paulo. Para o município do Rio de Janeiro, optou-se por parâmetros de amostragem mais rigorosos, gerando uma amostra de maior tamanho (erro amostral = 8,5%, os demais parâmetros foram mantidos), pela facilidade de manter o trabalho de campo por maior tempo. Em decorrência da utilização da técnica de amostragem por conglomerado, acrescentou-se ao tamanho amostral de cada cidade um efeito de desenho (Deff) de 2, pretendendo-se assim manter o mesmo nível de precisão de uma amostra aleatória simples (AAS).

Considerando-se que a listagem para seleção dos SAIs foi obtida nos anos 2009 e 2010 e que o número de acolhidos usualmente flutua nos serviços, incluiu-se no tamanho amostral de cada cidade um percentual de 10% referente às perdas. Na Tabela 1 observa-se a distribuição de SAIs nas sete cidades.

Tabela 1 – Distribuição de Serviços de Acolhimento Institucionais – amostra almejada e obtida

Cidades/Região	Rede de SAIs (2011) ¹	N. de acolhidos (2011) ¹	N. almejado de SAIs	N. de SAIs obtido	N. de acolhidos almejado	N. de acolhidos obtido
Cidades com todos os serviços investigados						
Ponta Porã/CO	3	25	3	3	-	16
Salvador/NE ²	19	386	19	14	-	364
Manaus/NO	8	240	8	8	-	282
Cidades em que foi feita amostragem por conglomerados						
São Paulo/SE	226	3.786	16	16	289	463
Rio de Janeiro/SE	69	1.199	21	21	358	449
Porto Alegre/Sul	72	936	21	21	261	280
Curitiba/Sul ³	60	1.003	16	14	263	297
TOTAL	465	7.728	104	97	-	2.151

¹ Assis & Farias, 2013.

² Cinco SAIs foram fechados desde a listagem original e o trabalho de campo da pesquisa.

³ Em decorrência das dificuldades no campo, não foi possível realizar a substituição de dois serviços da amostra original de Curitiba.

Houve substituição de vários SAIs a fim de alcançar o número estabelecido para Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo, por diversos motivos, entre os quais se destacam: fechamento do abrigo, mudança de público atendido e não obtenção de contato com a instituição por meio dos endereços existentes na própria rede. Com menor frequência houve recusa de participação na pesquisa, especialmente em coletas ocorridas em épocas difíceis como Natal e eleições municipais.

Vale a pena ressaltar, a título de esclarecimento, que a amostra aleatória realizada nas quatro cidades não necessariamente permitirá alcançar a prevalência de crianças e adolescentes usuários de drogas em SAIs. Isto pode se dar pelo fato de alguns municípios destinarem serviços especiais para o acolhimento desse público. Assim, a não seleção dessa unidade especializada no atendimento a usuários de drogas na amostra trará um prejuízo para o cálculo da prevalência. Em contrapartida, essa definição de acolhimento especializado nem sempre é conhecida ou aceita no município, pois há diferentes níveis de informação na rede a esse respeito. Tais informações foram obtidas à medida que o trabalho de campo era executado, não sendo mais possível rever o procedimento amostral. A seguir, o resumo sobre esse aspecto.

- Ponta Porã – não há unidades especiais para usuários de drogas. Um SAI deveria acolher essa clientela, mas tal fato é desaprovado pelos profissionais da rede, e um conselheiro tutelar informa não fazer tal encaminhamento. Os SAIs recebem crianças e adolescentes filhos de usuários, junto com os demais acolhidos. Como todas as unidades foram investigadas, é possível conhecer a prevalência de crianças e adolescentes usuários de crack em SAIs e de crianças e adolescentes acolhidos em serviços cujos responsáveis consomem crack.
- Salvador – não há unidades especiais para usuários de drogas. Os SAIs recebem crianças e adolescentes filhos de usuários junto com os demais acolhidos e as demais especificidades. Crianças e adolescentes usuários são encaminhados para os SAIs (que recebem crianças e adolescentes usuários e não usuários, misturados). Como todas as unidades integram a pesquisa, é possível avaliar a prevalência de crianças e adolescentes usuários de crack em SAIs e o total de crianças e adolescentes acolhidos em serviços cujos responsáveis consomem crack.
- Manaus – não há SAIs especiais para usuários de drogas. Essa clientela não costuma ser recebida em serviços de acolhimentos (os usuários ficam transitoriamente em programa de portas abertas para população de rua ou vão para Comunidades Terapêuticas). Os SAIs acolhem filhos de usuários de crack junto com todas as demais crianças e adolescentes. Como todas as unidades integram a pesquisa, é possível avaliar a prevalência de crianças e adolescentes usuários de crack em SAIs e o total de crianças e adolescentes acolhidos em serviços cujos responsáveis consomem crack.
- São Paulo – as crianças e adolescentes usuários estão nos abrigos especiais de acordo com a recomendação da política municipal. Há três SAIs específicos que atendem os usuários de drogas em geral (não só o crack). Esses foram visitados durante a pesquisa, mas apresentados em separado, constando da análise estatística realizada apenas os serviços que compunham a amostra. Realidade distinta ocorre para os filhos de usuários de crack, atendidos junto com todas as demais crianças e adolescentes. A amostra realizada em São Paulo não permite avaliar a prevalência de usuários de crack acolhidos em SAI como representativa de todos os SAIs da cidade, pois os usuários estavam concentrados em poucas unidades específicas para adolescentes com problemas com drogas (que não integraram a amostra da pesquisa). É possível avaliar a prevalência de filhos de usuários de crack em SAI.

- Rio de Janeiro – há cerca de sete SAIs específicos para usuários de crack e drogas em geral; alguns deles integraram a amostra. Há também SAIs exclusivos para filhos de usuários (geralmente crianças); alguns deles integraram a amostra. Em virtude do fechamento de alguns SAIs (dois deles devido a denúncias de irregularidades na qualidade do atendimento prestado) e da precária informação existente sobre estes serviços especializados na rede, é prudente não considerar a prevalência de usuários de crack acolhidos em SAIs como representativa desses serviços no Rio de Janeiro, pois estes estariam sendo concentrados em poucas unidades a eles destinados (que não integraram a amostra da pesquisa), e não distribuídos pela rede de serviços. Também não é adequado considerar a prevalência de filhos de usuários de crack em SAIs como representativa, pelas razões já expostas.
- Porto Alegre – há dois abrigos municipais diferenciados para acolher e prestar atendimento a dez adolescentes (cada) entre 12 e 18 anos, em situação de transtorno de conduta, uso de substâncias psicoativas ou com ato infracional, que não integraram a amostra da pesquisa. As crianças e adolescentes filhos de usuários estão em abrigos comuns. Logo, a amostra realizada em Porto Alegre não permite avaliar a prevalência de usuários de crack acolhidos em SAIs como representativa de todos esses serviços da cidade, pois estes estariam sendo concentrados para poucas unidades (que não integraram a amostra da pesquisa). É possível avaliar a prevalência de filhos de usuários de crack em SAI.
- Curitiba – à época da pesquisa havia abrigos que aceitavam crianças e adolescentes usuários de drogas (e crack); os filhos de usuários de crack eram acolhidos indiscriminadamente na rede de SAIs. Agregando-se a esse fato o não alcance da amostra almejada para a cidade, recomenda-se não considerar a prevalência de usuários de crack acolhidos em SAIs como representativa desses serviços de Curitiba, pois estes estariam sendo concentrados em algumas unidades (que não integraram a amostra da pesquisa). Pode-se avaliar a prevalência de filhos de usuários de crack em SAIs como representativa.

Em decorrência da diversidade entre as cidades investigadas, não são mostrados resultados agregando as sete cidades. São apresentados sete estudos de caso, visando a conhecer a unicidade de cada local no que se refere ao perfil dos usuários e de seus responsáveis, bem como ao atendimento oferecido às crianças e adolescentes que usam crack. Considera-se que as dificuldades

encontradas na pesquisa para aferição de dados estatísticos decorrem das pouquíssimas informações em geral disponíveis (no nível central e nos serviços) sobre o tema investigado.

Questionários e entrevistas qualitativas

Os questionários e roteiros foram elaborados pela equipe de pesquisadores do Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), com base em outros instrumentos existentes, como, por exemplo, o utilizado em pesquisas do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Galduróz et al., 2005), e em conversas com especialistas integrantes de pesquisas já realizadas pelo Claves.

Foram elaborados questionários para: 1) o serviço de acolhimento, acerca do funcionamento da unidade; 2) as crianças e os adolescentes acolhidos com história pessoal de uso de crack ou seus pais/responsáveis (com base em dados de prontuários); 3) os adolescentes acolhidos com história de uso de crack (entrevista individual). Entrevistas em profundidade foram realizadas com diferentes indivíduos e estão descritas pormenorizadamente a seguir.

Pesquisadores locais e levantamento da rede socioassistencial local

Em cada uma das cidades foram selecionados profissionais de saúde pública atuantes na rede local, provenientes das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, prefeitura de Glória de Dourados/MS, Universidade Federal da Bahia, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Manaus, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Piauí, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. Tais profissionais realizaram levantamento da rede socioassistencial que atende crianças e adolescentes (e suas famílias) envolvidos com o crack (saúde, assistência social, justiça, educação e serviços de referência). Dados presentes nos programas ou sites institucionais também foram utilizados.

O levantamento da rede facilitou as etapas posteriores de organização de coleta de dados e está apresentado ao longo dos capítulos. Todavia, por não haver dados oficiais sobre a rede socioassistencial em cada cidade, considera-se que os resultados obtidos devem ser vistos como uma aproximação a uma realidade pouco conhecida.

Realização de trabalho de campo

A aplicação dos questionários ficou sob a responsabilidade do pesquisador local, incluindo a obtenção de autorizações, agendamento e visitação aos serviços. As secretarias municipais de Assistência Social, de Saúde e de Justiça ou Ministério Público foram contatados a fim de concederem autorização para realizar a pesquisa no município. Estes órgãos concederam a autorização por meio de ofícios. A distribuição de questionários aplicados encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Questionários aplicados nos Serviços de Acolhimento Institucional, segundo cidades

Cidades/Região	SAls ¹	Crianças e adolescentes acolhidos com história pessoal de uso de crack ou seus pais ²	Adolescentes acolhidos com história de uso de crack ³	TOTAL
Ponta Porã/CO	3	2	2	7
Salvador/NE	14	54	6	74
Manaus/NO	8	7	-	15
São Paulo/SE	16	21	7	44
Rio de Janeiro/SE	21	50	7	78
Porto Alegre/Sul	21	114	2	139
Curitiba/Sul	14	160	-	174
TOTAL	97	408	24	529

¹ Questionários aplicados aos gestores dos serviços.

² Questionários preenchidos com base na leitura dos prontuários.

³ Questionários aplicados aos adolescentes.

A realização de 111 entrevistas (gravadas e transcritas) com atores da rede socioassistencial pode ser visualizada na Tabela 3.

Tabela 3 – Entrevistas realizadas na abordagem qualitativa, segundo cidades

Cidades/Região	Gestor SAI	Gestor Saúde	Gestor Assist. social	Juiz/Promotor	Conselho Tutelar	Adolescente SAI/Saúde	Família SAI/Saúde	Outros	TOTAL
Ponta Porã/CO	1	1	1 ¹	1	1	3	3 ²	3 ³	14
Salvador/NE	1	2	1	1	1	4	2	-	12
Manaus/NO	-	1	3	1	1	3	2	4 ⁴	15
São Paulo/SE	1	3	1	1	1	4	1	-	12
Rio de Janeiro/SE	7	2	1	1	1	10	7	-	29
Porto Alegre/Sul	1	2	1	1	1	4	2	2 ⁵	14
Curitiba/Sul	1	2	1	1	1	5	2	2 ⁶	15
TOTAL	12	13	9	7	7	33	19	11	111

¹ Uma entrevista realizada com dois gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social em Ponta Porã.

² Uma entrevista com mãe tupiguarani, com dificuldades de expressão em língua portuguesa.

³ Três entrevistas realizadas em Ponta Porã, com registro no diário de campo do pesquisador (sem gravação digital): dois responsáveis por duas Comunidades Terapêuticas e um coordenador de Centro de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

⁴ Duas entrevistas realizadas com coordenadores de duas Comunidades Terapêuticas, que funcionam em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social (não foi encontrado SAI com os requisitos da pesquisa). Uma entrevista com responsável pelo Conselho Nacional de Entorpecentes (Conen) e outra com pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, em Manaus, que tinha finalizado há pouco tempo uma pesquisa sobre o uso de crack na cidade.

⁵ Entrevistas com: a) dois gestores da equipe de Proteção Social Especial da Alta Complexidade da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) em Porto Alegre; b) gestor da equipe de Proteção Social da Média Complexidade responsável pelo atendimento à população de rua.

⁶ Entrevistas com: a) dois gestores da Rede de Instituições de Abrigo (RIA); b) responsável pela Secretaria Municipal Antidrogas.

Consolidando os dados obtidos na fase qualitativa, tem-se:

- 33 adolescentes com história de consumo de crack e 19 familiares (especialmente mães), que informaram sobre os fatores de risco e proteção para o uso do crack, as particularidades do consumo e o papel das redes em seu atendimento. Os adolescentes e suas famílias foram acolhidos em SAIs (em decorrência de uso próprio ou de seus familiares) e em serviços de saúde (em atendimento por uso próprio).
- 48 profissionais/coordenadores/dirigentes de órgãos da rede socioassistencial: 1) Justiça – Ministério Público ou Vara da Infância e Juventude, de acordo com o fluxo do município em relação às questões judiciais envolvendo crianças/adolescentes e suas famílias;

2) Conselhos Tutelares; 3) SAIs; 4) secretarias municipais de Assistência Social; 5) órgãos do Sistema Único de Saúde que fossem referência no município para o atendimento a crianças e adolescentes (Centros de Atenção Psicossocial – Caps ad e Caps i – e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – Nasf); 6) excepcionalmente, outros centros de atendimento especializado que realizassem trabalho significativo no atendimento de crianças, adolescentes e famílias com histórico de consumo de crack.

- 11 entrevistas com pessoas da rede local com outras funções importantes no que se refere à questão do crack

Nessa fase, a rede socioassistencial levantada na primeira etapa da pesquisa foi apresentada aos profissionais entrevistados na segunda etapa, a fim de validar a composição da rede que atende crianças e adolescentes usuários de drogas no município.

Processamento e análise de dados

Para o processamento dos dados, todas as informações obtidas foram armazenadas em três bancos de dados (um para cada questionário) no programa EpiData 3.1. Estes passaram por uma crítica rigorosa durante todo o processamento. A análise exploratória foi realizada no programa SPSS 19, através de descrição de medidas-resumo como: médias, desvio padrão, frequência absoluta e relativa e de cruzamento de variáveis.

As entrevistas gravadas digitalmente foram transcritas e categorizadas pelos pesquisadores responsáveis pelas cidades, nos seguintes corpora de análise: adolescentes, familiares e profissionais da rede (discriminados segundo: saúde, assistência social, Juizado, Conselho Tutelar e um pequeno grupo de outras áreas). A análise de conteúdo na modalidade temática foi empregada (Minayo, 2008): leitura flutuante de todas as entrevistas; identificação e comparação dos sentidos de cada pergunta; descrição dos principais significados das falas, valores e concepções atribuídos (núcleos de sentido) pelos entrevistados e criação de hipóteses interpretativas.

Aspectos éticos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz – Ensp/ Fiocruz (CAAE 0175.0.031.000-11). Os participantes do trabalho assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. São eles: o responsável pelo

SAI, permitindo a coleta das informações da própria instituição e das crianças e adolescentes sob sua guarda; o adolescente entrevistado no serviço de saúde e seu responsável; o familiar entrevistado no SAI; os atores da rede. Outros conselhos de ética em pesquisa foram consultados – Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo – para dar autorização para a condução da pesquisa.

Para viabilizar e legitimar a execução do presente estudo nas cidades, foram obtidos apoios institucionais, expressos por meio de ofícios das seguintes instituições: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde – áreas técnicas da criança e do adolescente – e Ensp/Fiocruz.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, S. G. & FARIAS, L. O. P. (Orgs.). Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional e Familiar. São Paulo: Hucitec, 2013.
- GALDURÓZ, J. C. et al. V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2004. São Paulo: Secretaria Nacional Antidrogas, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2005.
- MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

EQUIPE DA PESQUISA

Desafio da Rede no Atendimento de Crianças e Adolescentes Usuários de Crack e/ou Acolhidas Institucionalmente pelo uso do Crack dos Pais/Responsáveis: um estudo em sete cidades brasileiras

Andrea Machado Iannelli
Angélica Dalla Vechia Biolchi
Bárbara Andes
Belchior Puziol Amaral
Carmen Lúcia Albuquerque de Santana.
Caroline Aves Feitosa
Edmara Honório Santos
Elisiane Gomes Bonfim.
Fernanda Mendes Lages Ribeiro
Joannie dos Santos Fachinelli Soares
Joviana Quintes Avanci
Liana Wernersbach Pinto
Luciana Alencar Peixoto
Marta Julia Marques Lopes
Miriam Schenker
Neuza Maria Piva Camargo
Patrícia Constantino
Renata Pires Pesce
Sandra Maria Cezar Leal
Simone Cortiano
Simone Gonçalves de Assis (coordenação)
Vera Lidia Alves de Oliveira

Formato: 16 x 23 cm
Tipologia: ClassGaramond e Calibri
Papel: Pólen Bold 70g/m2 (miolo)
Cartão supremo 250g/m2 (capa)
CTP, impressão e acabamento: Imo's Gráfica e Editora Ltda.
Rio de Janeiro, novembro de 2015.

Não encontrando nossos títulos em livrarias, contactar:
Editora Fiocruz
Av. Brasil, 4036 – térreo – sala 112 – Manguinhos
CEP 21040-361 – Rio de Janeiro – RJ.
Tel.: (21) 3882-9039 e 3882-9041 – Telefax: (21) 3882-9006
editora@fiocruz.br | www.fiocruz.br/editora